



Processo Legislativo

Processo	Data/Hora
2025-547	04/12/2025 13:44
Unidade	
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO (DAD)	
Solicitante	
RODRIGO GOMES MASSULO	
Tipo	
Processo Legislativo	
Assunto	
PL - REVOGA DISPOSITIVO OU LEI - MODELO GENÉRICO	
Descrição	
Revoga dispositivo da Lei 3.623, DE 13/09/2000 (SERVIÇO FUNERÁRIO) - Of. Mens. 450/25-GPM	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA**  
**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Mem. n.º 2.109/2025-PGM.

Santo Antônio da Patrulha, 20 de agosto de 2025.

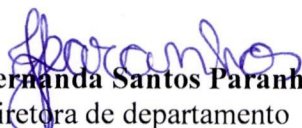
**De:** Procuradoria Geral do Município – PGM.


**Para:** Secretaria Municipal de Administração e Finanças – SEMAF.

**Assunto:** Parecer Jurídico – Protocolo Geral 2025/11155 - SEMAF.

A fim de prestar um maior e melhor esclarecimento quanto à indicação legislativa nº 272/2025, encaminhamos anexo o parecer completo enviado pela DPM.

Atenciosamente,

  
**Fernanda Santos Paranhos**  
Diretora de departamento

  
**Igor dos Santos Oliveira**  
Procurador Geral do Município  
OAB/RS nº 97.164

*À DPM.  
Conforme parecer  
da DPM, podemos  
alterar 1 km  
restingui número,  
incluir o hó de festação.*

*Ào Prefeito p/ mani-*

*22/08*

*Breia*

*Ans, seguir cfe  
despacho Sr. Prefeito.*

*Breia 28/08*

*São do TS  
nesta linha.*

*São tendo  
exceção quanto  
à alteração  
da nota de*

*22/08/25*

Av. Borges de Medeiros, 456 - Fone: (51) 3662-8400 - Santo Antônio da Patrulha - RS - CEP 95500-000

[www.santoantoniodapatrulha.rs.gov.br](http://www.santoantoniodapatrulha.rs.gov.br)

“DOE ÓRGÃOS, DOE SANGUE: SALVE VIDAS”



**Pause & Perin - Advogados Associados**

Somar experiências para dividir conhecimentos

OAB/RS 7.512

**Interessado:** SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA PM.

**Registro da Consulta:** 50702/2025.

**Consulente:** Igor dos Santos Oliveira, Procurador-Geral do Município.

**Forma de Atendimento:** Informação Eletrônica.

**Número:** 03097/2025.

**Ementa:**

INDICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO AO PREFEITO MUNICIPAL SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO QUE ESTABELECE LIMITE PARA INSTALAÇÃO DE EMPRESAS FUNERÁRIAS. ORIENTAÇÕES.

**Resposta:**

Por meio da consulta registrada sob o nº 50.702/2025, solicita-se análise da solicitação do Poder Legislativo ao Prefeito Municipal relativa à “realização de estudo e posterior elaboração de projeto de lei alterando a legislação vigente que estabelece limite para o número de empresas funerárias no município, de modo a permitir a livre instalação de novas funerárias por qualquer interessado que atenda aos requisitos legais e sanitários”.

1. O Município possui competência para legislar sobre serviços locais (Constituição Federal, art. 30, inciso I), incluindo o estabelecimento de normas que regulem a instalação e o funcionamento de empresas funerárias, ressalvadas as normas estaduais e federais aplicáveis, em especial as de saúde pública, vigilância sanitária e regulamentação econômica de atividades privadas de interesse coletivo.

2. Embora a livre concorrência seja princípio constitucional (art. 170, caput, CF), o Estado pode impor restrições à atividade econômica quando justificadas por interesse público, proteção à saúde, ordem urbanística ou prestação adequada de serviços essenciais. A ampliação indiscriminada do número de empresas funerárias não se confunde com mera liberdade econômica, podendo gerar riscos à saúde pública e ao ordenamento do serviço funerário.

3. A matéria diz com a regulação de serviços essenciais de interesse coletivo. No entanto, o Tribunal de Justiça do RS, desde longa data, entende pela inconstitucionalidade de leis municipais que restringem a instalação de funerárias em proporção ao número de habitantes, como segue:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI MUNICIPAL QUE LIMITA A INSTALAÇÃO NO MUNICÍPIO DE VIAMÃO DE EMPRESA FUNERÁRIA, ESTABELECENDO A PROPORÇÃO DE UMA PARA CADA 50.000 (CINQUENTA MIL) HABITANTES. OFENSA AO PRINCÍPIO DA LIVRE CONCORRÊNCIA E DA DIGNIDADE DO TRABALHO. AÇÃO JULGADA PROCEDENTE. (Ação Direta de Inconstitucionalidade, Nº 70007911167, Tribunal Pleno, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Alfredo Guilherme Englert, Julgado em: 31-05-2004).





**Pause & Perin - Advogados Associados**

Somar experiências para dividir conhecimentos

OAB/RS 7.512

Assunto: 1. LEI. INCONSTITUCIONALIDADE. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. 2. LEI MUNICIPAL. SERVIÇOS FUNERÁRIOS. REGULAMENTAÇÃO. FIXAÇÃO DE CONDIÇÕES. 3. LIVRE CONCORRÊNCIA. PRINCÍPIOS. OBSERVÂNCIA. VIOLAÇÃO CARACTERIZADA. 4. ORIGEM: VIAMÃO. Referência legislativa: LM-2667 DE 1998 ART-2 (VIAMÃO) LM-2694 DE 1998 (VIAMÃO) CE-8 DE 1989 CE-19 DE 1989 CE-157 INC-V DE 1989 CE-266 DE 1989. Jurisprudência: MSE 70001826775 ADI 70002767853 ADI 1221-5 - RJ RTJ V-30 P-155[0]

AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. FUNERÁRIA. PROPORÇÃO DE ESTABELECIMENTO POR NÚMERO DE HABITANTES NO MUNICÍPIO. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA LIVRE CONCORRÊNCIA E DEFESA DOS CONSUMIDORES. LIMINAR. O Plenário do Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade de ato normativo municipal, que proibia a instalação de farmácia em determinada distância de estabelecimento da mesma natureza. No caso dos autos, lei municipal proíbe a instalação de funerária numa proporção superior de um estabelecimento para cada cem mil habitantes. Violação do princípio da livre concorrência e defesa do consumidor, previsto no art. 170, IV e V, da CF. Presença da relevante fundamentação e risco da demora, para autorizar a licença de funcionamento de funerária, se o impedimento for a proporção prevista na lei do Município de Alvorada. Agravo provido. (Agravo de Instrumento, Nº 70038098430, Vigésima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marco Aurélio Heinz, Julgado em: 24-11-2010).

4. Desse modo, sob ponto de vista da constitucionalidade, o entendimento vigente é de que não cabe ao Município estabelecer restrição em relação ao número de habitantes.

Atenciosamente,

Porto Alegre, 15/08/2025.

**Cleusa Kereski**  
**OAB/RS nº 49145**

Para confirmar a autenticidade deste documento acesse <https://pauseperin.adv.br/servicos-verificador> e digite o seguinte número verificador: 508096191195112585



GERAL 2025/11155 Vol. 1



CAMARA MUN. DE VEREADORES DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA(1834), CNPJ 89.834.410/0001-41, residente e domiciliado(a) em SANTO ANTONIO DA PATRULHA(RS), AV. BORGES DE MEDEIROS, 602, bairro CIDADE ALTA, CEP 95500-000, telefone (51)3662-3555, requer:

**INDICAÇÃO**

CONFORME INDICAÇÃO Nº 272/25

Pede deferimento.

Santo Antônio da Patrulha, 5 de Agosto de 2025

A PGM / xpe

CAMARA MUN. DE VEREADORES DE SANTO ANTONIO DA

10h40min  
PROCURADORIA GERAL  
Santo Antônio da Patrulha-RS  
DATA: 08/08/2025  
DE: Da Joor  
PARA: FERNANDA  
RECEBIDO: 1/1  
Protocolo PGM nº 146/2025

Câmara Municipal de Vereadores de Santo Antônio da Patrulha  
Av. Borges de Medeiros, 456. Telefones:(51) 999727674 ou 999717910. e-mail:  
comunicacao@santoantoniodapatrulha.rs.gov.br

GERAL 2025/11155 Vol. 1

5 de Agosto de 2025 08:49

**INDICAÇÃO**

CAMARA MUN. DE VEREADORES DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA(1834)



Funcionário (a) *J*

## INDICAÇÃO Nº 272/2025

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE:

CÂMARA MUNICIPAL  
Santo Antônio da Patrulha - RS  
**APROVADO**  
Em: 04/08/25  
Presidente: *[assinatura]* Secretário: *[assinatura]*

O Vereador signatário, no uso de suas legais e regimentais atribuições, vem perante Vossa Excelência, apresentar esta **INDICAÇÃO**, com o objetivo de sugerir ao **Excelentíssimo Senhor Prefeito Rodrigo Gomes Massulo** a adoção da seguinte medida

– Realização de estudo e posterior elaboração de projeto de lei alterando a legislação vigente que estabelece limite para o número de empresas funerárias no município, de modo a permitir a livre instalação de novas funerárias por qualquer interessado que atenda aos requisitos legais e sanitários.

Tal medida visa garantir a livre concorrência, fomentar o empreendedorismo, ampliar a oferta de serviços à população e possibilitar a melhoria na qualidade e nos preços praticados, beneficiando diretamente os munícipes.

Plenário Euzébio Barth, 01 de agosto de 2025.

*[assinatura]*  
Ver. Valtair Andrade - PP





# PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA

## ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Of. Mens. nº 450/25-GPM.

Santo Antônio da Patrulha, 4 de dezembro de 2025.

A Sua Excelência

Senhor André Luis de Oliveira Selistre,  
Presidente da Câmara de Vereadores,  
Santo Antônio da Patrulha, RS.

Assunto: **Projeto de Lei.**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Vereadores:

Enviamos o Projeto de Lei que “Revoga dispositivo da Lei Municipal nº 3.623, de 13 de setembro de 2000, que Dispõe sobre o serviço funerário no âmbito municipal e dá outras providências.”, para apreciação e votação por essa Casa.

Esse Projeto de Lei justifica-se para atender a indicação 272/2025 (Protocolo 2025/11155), da Câmara de Vereadores, para retirada do limite máximo de uma empresa funerária para cada dez mil (10.000) habitantes, conforme Mem. nº 2.109/2025-PGM.

Atenciosamente,

Rodrigo Gomes Massulo,  
Prefeito Municipal.



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço <https://grp.pmsap.com.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela IZ3M.BENQ.F1AR.Q3MW



PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_ / 20XX

Revoga dispositivo da Lei Municipal nº 3.623, de 13 de setembro de 2000, que Dispõe sobre o serviço funerário no âmbito municipal e dá outras providências.

Art. 1º Fica revogado o Parágrafo único, do art. 8º, da Lei Municipal nº 3.623, de 13 de setembro de 2000, que Dispõe sobre o serviço funerário no âmbito municipal e dá outras providências.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio da Patrulha, 4 de dezembro de 2025.

Rodrigo Gomes Massulo  
Prefeito Municipal



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço <https://grp.pmsap.com.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela UHAU.C4RG.GTUO.GLSU





## INFORMAÇÃO

Informo que o Projeto de Lei vinculado ao Processo Legislativo n.º 547/2025, foi registrado através do n.º 523/2025, sob o n.º de Protocolo n.º 5008/2025, em 05 de dezembro de 2025, às 08h10.

Santo Antônio da Patrulha, 05 de dezembro de 2025.



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço <https://grp.pmsap.com.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela DH0U.FTIA.7AQC.RIIZ

Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA LIMA PACHECO**, em 05/12/2025 às 08:13:30.



**Of. n.º 2053/2025**

**Santo Antônio da Patrulha, 26 de dezembro de 2025.**

A Sua Excelência

Senhor Rodrigo Gomes Massulo

Prefeito Municipal,

Santo Antônio da Patrulha - RS.

**Assunto: Envio de Projeto de Lei.**

Encaminho o **Projeto de Lei nº 523/2025**, que " Revoga dispositivo da Lei Municipal nº 3.623, de 13 de setembro de 2000, que Dispõe sobre o serviço funerário no âmbito municipal e dá outras providências ", o qual foi apreciado durante a 48ª Reunião Ordinária, realizada na data de 26 de dezembro, junto à Sessão Legislativa de 2025, com parecer das Comissões, foi aprovado por 07 (sete) votos favoráveis e 05 (cinco) votos contrários.

Atenciosamente,

Vereador André Luís de Oliveira Selistre,  
Presidente do Legislativo Municipal.



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço <https://grp.pmsap.com.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela YPXJ.70WM.F52A.Y1P3



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE LUIS DE OLIVEIRA SELISTRE**, em 26/12/2025 às 12:59:45.





Processo Legislativo 2025-547

O Procurador Geral se fará presente na CCJ.



LEI Nº 10.851, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025

Revoga dispositivo da Lei Municipal nº 3.623, de 13 de setembro de 2000, que Dispõe sobre o serviço funerário no âmbito municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL de Santo Antônio da Patrulha, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogado o Parágrafo único, do art. 8º, da Lei Municipal nº 3.623, de 13 de setembro de 2000, que Dispõe sobre o serviço funerário no âmbito municipal e dá outras providências.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio da Patrulha, 29 de dezembro de 2025.

Rodrigo Gomes Massulo  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

Cléia Juçara Airolti  
Secretária da Administração e Finanças



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço <https://grp.pmsap.com.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela **GRKX.PX8K.RMIY.JAUN**

---

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA**  
**PATRULHA**

---

**SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**  
**LEI Nº 10.851, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025**

Revoga dispositivo da Lei Municipal nº 3.623,  
de 13 de setembro de 2000, que Dispõe sobre o  
serviço funerário no âmbito municipal e dá  
outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL de Santo Antônio da Patrulha, no  
uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso IV, da Lei  
Orgânica do Município,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono  
e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogado o Parágrafo único, do art. 8º, da Lei  
Municipal nº 3.623, de 13 de setembro de 2000, que Dispõe  
sobre o serviço funerário no âmbito municipal e dá outras  
providências.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santo Antônio da Patrulha, 29 de dezembro de 2025.

**RODRIGO GOMES MASSULO**  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

**CLÉIA JUÇARA AIROLDI**  
Secretária da Administração e Finanças

**Publicado por:**  
Ana Cristina Salazar  
**Código Identificador:**0ABED264

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado  
do Rio Grande do Sul no dia 30/12/2025. Edição 4236  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita  
informando o código identificador no site:  
<https://www.diariomunicipal.com.br/famurs/>